

O PANORAMA PROFISSIONAL MUSEOLÓGICO PORTUGUÊS. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.¹

Alice Semedo *

ABSTRACT: This paper discusses some general conclusions of a study undertaken for a Phd. in Museum Studies on the poetics and politics of the Portuguese museumscape. This study was therefore concerned with both how ideologies are represented in signifying practices and the effects and consequences of these representations. Some of the characteristics and tension axes of the political identity of this group are explored as are some of the characteristics which define the 'social self', pointing out a preferred social and moral order and thus conditioning roles and missions not only for the profession but also for museums themselves. A 'regulatory ideal' is also put forward and will be seen as part of what Foucault terms 'technologies of the self' since it acts as a disciplinary mechanism, delineating professional strategies and producing subject positions.

165

A tese de que este artigo apresenta algumas considerações estudou as poéticas e políticas da profissão museológica em Portugal, enquadrando-se nas experiências de análise das configurações das ideologias nas práticas de representação dos grupos bem como dos seus efeitos e consequências. O fio condutor de reflexividade em relação às agendas sociais e políticas do grupo profissional museológico percorreu também essa perspectiva.

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras do Porto.

¹ Este artigo tem por base a tese de doutoramento em museologia 'The professional Museumscape: Poetics and Politics' orientada pela Prof. Doutora Susan Pearce e defendida em Maio 2003 no Department of Museum Studies, University of Leicester (U.K.) com o apoio de uma Bolsa Praxis XXI. Apoiando-se num modelo de estudo informado por alguns instrumentos conceptuais/metodológicos - nomeadamente os de 'ideologia' e 'discurso'; 'arqueologia/genealogia'; 'habitus', 'campo'; 'estruturação' - esta tese estudou não só diversos documentos (ex. legislação, regulamentos, comunicações apresentadas em diferentes Colóquios) do 'arquivo' do grupo mas também os dados levantados por um questionário endereçado aos profissionais do sector.

A partir dos dados recolhidos e analisados propomos uma explicação inteligível que nos apoiou na exploração da organização dos pressupostos sociais partilhados pelos membros deste grupo que, acreditamos, organizarem e coordenarem as suas interpretações e práticas sociais. Acreditamos também que estes pressupostos partilhados socialmente são vitais na produção de ‘efeitos de verdade’ que orientam os juízos sociais / do grupo, (re)produzindo uma cultura própria.

O grupo profissional museológico é, antes de mais, assumido como uma comunidade multivocal e ricamente heterogénea que, para além disso, habita um território permanentemente contestado apresentando assim características muito próprias. Algumas das características que distinguem estas comunidades ‘imaginadas’ – já apontadas por Lash² – são pertinentes para o seu estudo: os significados e práticas partilhadas, o envolvimento afectivo com os ‘instrumentos’ e com os produto(s), a produção ‘interna’ de normas, as obrigações sentidas, telos e missões consagradas, a orientação por Sitten, um habitus característico do campo são aqui, sem qualquer margem de dúvida, relevantes. Neste contexto, os actores sociais são compreendidos na sua dualidade de produtores e consumidores ainda que se reconheça, igualmente, a capacidade criativa do agente e o carácter negociado destas normas, abertas a diferentes interpretações. De qualquer forma, fazer parte de uma comunidade deste tipo envolve sempre a ‘interiorização’ de uma série de pressupostos. Este processo é o que realmente dota uma ‘comunidade de prática’ de algum sentido de continuidade e partilha – um lar e uma linguagem, um ‘mundo comum’. Neste sentido, o processo de ‘conversão-em-membro’ do grupo é uma ‘estratégia de possibilidade’, estratégia que permite que a reprodução disciplinar tenha lugar.

Decisivamente, também partimos do princípio que o ‘self’ não é fixo, absoluto ou pré-adquirido, mas sim um produto de práticas de regulação social, historicamente específicas, em construção e reconstrução intermínável. As identidades alteram-se e fragmentam-se através dos ‘discursos, práticas e posicionamentos’³ e estão ‘constantemente em processo de mudança e transformação’. Sempre um processo nunca inteiramente com-

² LASH - Reflexivity and its doubles: structure, aesthetics, community. In BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (eds.) - *Reflexive Modernization*. Cambridge and Oxford: Polity Press, 1994. p. 161.

³ HALL, Stuart - Cultural identity and diaspora. In RUTHERFORD, J. (ed.) - *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 4.

pleto. A identidade profissional localiza-se também numa miríade de relações de poder ao micro nível da sociedade bem como em teias complexas de discursos que oferecem muitas formas de ver e de ser. Portanto, os processos de identificação são cruciais; marcam fronteiras simbólicas e produzem ‘efeitos de fronteira’, funcionando tanto no modo exclusão como no de inclusão. Assim, as posições pessoais não são nem estáticas nem homogéneas, nem calmas nem perfeitas. A construção da identidade é um processo. Um processo dinâmico, constantemente apresentado a – e negociado com o – outro.

Analisando os dados a partir das premissas básicas expostas, uma série de questões se levantaram. Vamos então considerar primeiramente as questões relacionadas com as representações sociais que estão possivelmente mais directamente envolvidas na definição do ‘self social’. De facto, os mapas conceptuais projectados pelos dados estudados qualificam o ‘ideal do profissional de museologia’ e, como resultado, as características propostas por este ideal actuam como normas. Esta concepção idealizada encontra-se principalmente associada a valores morais que são uma fonte de auto-realização. Estes pressupostos avaliativos (também actuam como normas de auto-avaliação para o grupo) pressupõem valores sócio-culturais que encontrámos consistentemente nos dados estudados: responsabilidade, cooperação, altruísmo / serviço, autonomia, competência e profissionalismo. Estas identidades são inevitavelmente identidades políticas: na esfera do ‘serviço público’ importa quem e o que se agencia. Para além disso, pressupõem obviamente uma ordem social e moral preferida, consequentemente condicionando os papéis e missões atribuídos a museus e à profissão museológica. No que diz respeito aos valores adiantados por estes dados, estes encontravam-se fortemente organizados à volta de dois importantes nódulos que poderíamos denominar como de ‘desinteresse’ e de ‘profissionalismo’.

Em primeiro lugar, e no que diz respeito à cultura de ‘desinteresse’, Octobre⁴ (2001:96) sugere que estas características podem ser relacionadas com dois tipos de lógicas: uma ‘lógica de serviço público’ que faz com que a adesão a certos valores seja uma condição sine qua non de competência (que se encontra no centro da aptidão profissional e disposição men-

⁴ OCTOBRE, Sylvie - Construction et conflits de la légitimité professionnelle: qualification et compétence des conservateurs de musée. *Sociologies du Travail*. 43: 1 (Jan-Mars 2001), p. 96.

tal para preencher uma missão); e uma 'lógica de consonância cognitiva' que pretende reduzir as tensões (e frustração) entre o alto nível de qualificação e o nível pouco elevado de recompensas materiais (em comparação com o investimento em anos de estudo), apelando para virtudes mais 'elevadas' e legitimadoras. Central à ideia de 'trabalho de devoção' encontra-se, por outro lado, a noção de que o seu desempenho não é motivado pelo desejo ou necessidade de ganho material. Podem aliás ser encontrados ecos dessa ideia não só em alguns adjectivos utilizados frequentemente nos textos analisados (que mencionam o 'amor', 'devoção', etc.) mas também na auto-realização no trabalho. Geralmente, assume-se que este conceito implica a dedicação ao serviço das necessidades dos outros, uma dedicação que contribui para o 'bem-estar', para o 'conhecimento' colectivo e que implica um compromisso para com o desempenho do próprio trabalho. Descreve o que Freidson denomina de 'labor de amor'⁵.

Para além disso, as reivindicações em relação a um estatuto profissional envolvem tradicionalmente uma forte orientação de serviço público. Os discursos profissionais são preferencialmente orientados para o serviço público, para a autonomia, a auto-regulação e o conhecimento especializado. A ética é a de serviço público, em que a legitimidade profissional se encontra assente no reconhecimento público; é um verdadeiro exercício de 'desinteresse' deste conhecimento especializado. Os objectivos, as necessidades da comunidade, são colocados acima da pequenez dos interesses pessoais ou do grupo. De facto, podemos dizer que esta ética de serviço público 'remains a powerful residual element in the construction of professionalism, particularly within the public sphere'⁶. Como um grupo ocupacional, os profissionais distinguem-se aqui pelo seu altruísmo. No entanto, como Nixon e os seus colegas notam, alguma teorização mais recente sobre profissionalismo questiona de quem são afinal os interesses controlados pelo profissional e quem detém o poder do seu exercício. Por outro lado, não podemos esquecer que o crescente poder dos discursos de gestão pode questionar este enraizamento da profissão museológica na 'ética de serviço'.

⁵ FREIDSON, Eliot - Labours of love in theory and practice: a prospectus. In ERIKSON, K.; VALLAS, S. P. (eds.) - *The nature of Work, Sociological Perspectives*. New Haven: Yale University Press, 1990. p. 149-161.

⁶ NIXON, J. (et al.) - Towards 'a learning profession: changing codes of occupational practice within the new management of education. *Discourse*. 18:2 (1997), p. 7.

O segundo nódulo organizativo encontrado consistentemente nos dados analisados – a ‘cultura de profissionalismo’ – parece indicar que as tentativas do grupo para desenvolver um estatuto profissional se têm centrado também na adesão a um modelo mais alargado de profissionalismo, expondo características esperadas deste modelo. Por exemplo, para além de uma acentuação na qualificação e na valorização de uma especialização universitária podemos detectar o desenvolvimento de um ‘contrato de regulação’ com o Estado. A ‘profissionalização das musas’ tem implicado também a sua ‘protecção’ e destaque vis-a-vis outros grupos profissionais, nomeadamente através do desenvolvimento de uma base de conhecimentos específica via universidades. De facto, parte do processo de profissionalização envolve a definição de um corpo de conhecimentos próprios bem como das suas aptidões particulares, constituindo-se assim como uma verdadeira especialização. Tal definição tem, obviamente, importantes implicações para a institucionalização de programas de formação. Em Portugal esta base de conhecimentos é ainda algo frágil já que as universidades (como locus privilegiados de investigação) só dirigiram a sua atenção para este campo muito recentemente. No âmbito desta agenda de educação superior especializada, um dos principais objectivos é, certamente, produzir evidência acerca da pertinência e relevância da profissão museológica (e claro do objecto ‘produzido’: os museus). Não tanto a partir da ‘capacidade de relatar-casos’, como os ‘profissionais-praticantes’ normalmente fazem⁷, mas ‘cientificamente’, teorizando e utilizando a evidência da investigação como argumento crucial para a (re)produção (e questionamento) da própria prática. Por outro lado, e como argumentado por Freidson⁸, a auto-regulação não é genérica a todas as profissões. O que é genérico é, efectivamente, a utilização de um corpo especializado de conhecimentos e aptidões para realizar um grupo particular de tarefas. Por outro lado ainda, a informação estudada indica consistentemente que estas aptidões discricionárias não são somente cultivadas pela prática directa mas também se fundamentam no conhecimento formal e nos conceitos abstractos.

⁷ A sessão ‘Poéticas da profissão museológica em Portugal: A prática de (re)produzir significados’ apresentada pela autora no 2.º Curso de Museologia da Universidade de Múrcia e a ser publicada brevemente por esta instituição, explorou estas questões.

⁸ FREIDSON, Eliot - Pourquoi l'art ne peut pas être une profession. In MENGER, P.; PASSERON, J. - C (eds.) - *L'Art de la Recherche. Essais en Honneur de Raymonde Moulin*. Paris: La Documentation Française, 1994, p. 1.

Este modelo coexiste, porém, com outros modelos de acesso à profissão estabelecendo esta questão como um dos eixos de tensão do grupo: ainda que a qualificação universitária tenha sido sancionada por lei e que um grupo importante de inquiridos defenda a necessidade de uma especialização universitária em museologia (56%) muitos ‘praticantes’ advogam um modelo de formação administrado pelos próprios museus (29%).⁹ De qualquer forma, os dados estudados indicam que é atribuída uma importância crescente a uma forma identitária ancorada num modelo a priori objectivo. Um modelo que atribui relevância ao conhecimento teórico¹⁰: a prática museológica, que anteriormente dependia principalmente da experiência prática (e portanto da ‘acumulação’ e avaliação subjectiva), é agora teorizada a nível universitário. Desta forma, a ‘prática’ (competência prática) é reconhecida, mas só através de uma ‘mediatização conhecedora’ de uma qualificação universitária. Octobre¹¹ defende que estas mudanças – e próprio modelo profissional que pressupõem – podem ser compreendidas como uma subordinação da ‘competência’ em relação à ‘qualificação’. De certa forma, esta subordinação coloca os ‘praticantes’ numa posição menos poderosa em relação à regulação da profissão – deixa de lhes ‘pertencer’¹² – e tal pode, pelo menos em parte, justificar a desconfiança de alguns membros do grupo em relação a este modelo. Por outro lado, e neste contexto, a ‘qualificação’ é uma noção colectiva (um produto de negociações mais ou menos institucionalizadas) enquanto que a ‘competência’ é uma noção relacionada com o individuo e que pode ser compreendida pelos actores como inata, como um produto de experiência

⁹ Deveríamos também sublinhar o facto de que para a profissão museológica portuguesa a qualificação inicial (licenciatura, por exemplo) parece ainda ter uma posição relevante na identidade do grupo. Logo, a sua especialização (‘expertise’) parece ser mutuamente alicerçada: sobre um campo comum de praticantes, que envolve também papéis e missões de museus/o seu trabalho, etc; e sobre a especificidade relacionada com o tipo de museu e com a natureza das colecções.

¹⁰ De qualquer forma, alguns dos cursos de pós-graduação existentes reconhecem esta ‘dimensão prática’ e, para além de contarem com a colaboração assídua de ‘praticantes’, introduzem os seus estudantes no mundo do trabalho museológico ‘prático’, proporcionando a oportunidade de um período intensivo de formação prática em museus.

¹¹ OCTOBRE, Sylvie - Construction et conflits de la légitimité professionnelle: qualification et compétence des conservateurs de musée. *Sociologies du Travail*. 43: 1 (jan-Mars 2001), p. 104.

¹² FREIDSON, Eliot - Labours of love in theory and practice: a prospectus. In ERIKSON, K.: VALLAS, S. P. (eds.) - *The Nature of Work, Sociological Perspectives*. New Haven: Yale University Press, 1990. p. 149-161. FREIDSON, Eliot - Pourquoi l’art ne peut pas être une profession. In MENGER, P.; PASSERON, J. - C (eds.) - *L’Art de la Recherche. Essais en Honneur de Raymonde Moulin*. Paris: La Documentation Française, 1994.

individual, de uma personalidade¹³. No entanto, ainda que um ponto de vista ‘vocacional’ esteja permanentemente patente nos dados estudados, este modelo profissional não privilegia o que podem ser consideradas ‘virtudes inatas’, normalmente associadas ao habitus da classe média-alta, que pressupõem a acumulação de certas formas de ‘gosto cultivado’ e de capital simbólico. Pelo contrário, o grupo parece vir a assimilar outras ‘virtudes’, mais ‘racionais’, mais de acordo com o ‘ideal profissional’.

Assim, para além da noção de ‘competência’, estes modelos devem ser também articulados com a noção de especialização, questionando a relação que é estabelecida entre estas duas noções. Para o modelo de formação no próprio museu é o empiricismo que parece ser a justificação última de competência: não se trata apenas de uma ‘arte da prática’ mas também de um ‘talento’ especial. A acumulação de experiência – um tipo de ‘educação-em-construção’ – inicia-se com a socialização através da incorporação de ‘formas-de-fazer’ (de qualquer forma, tal também acontece na educação formal universitária). Octobre¹⁴ sugere que esta experiência museológica pode ser entendida de três formas: referindo-se exclusivamente à ciência como uma acumulação do ‘savoir’ que deve ser utilizado (controle da legalidade das acções profissionais); inferência de uma ‘prática’ directa (controle da conformidade das acções); ou ainda a mediatização entre prática e conhecimento teórico, como uma acumulação de ‘savoir-faire’ (controle da oportunidade de acções). Este último termo é, indiscutivelmente, o mais complexo já que compreende pelo menos dois níveis. O da mediatização da prática pelo ‘saber’ e o da teorização da prática que permite o acesso a posições de abstracção, tornando-se o objecto de classificação científica. Estes três termos – ‘saber’, ‘prática’ e ‘saber-fazer’ – são, de qualquer forma, antinomias mas antinomias constitutivas – sucessivamente, alternativamente e simultaneamente – de identidades de trabalho¹⁵. Certamente que impregnam ambos os modelos.

Por outro lado, o exercício selectivo deste poder profissional requer, normalmente, legitimação sócio-cultural. Um grupo particular de ideias e valores legitima a atribuição de privilégios e protecções especiais a uma

¹³ Ver BOURDIEU, P.; DARDEL, A.; SCHNAPPER, D. - *The Love of Art: European Art Museums and Their Public*. Cambridge: Polity Press, 1991.

¹⁴ OCTOBRE, Sylvie - Construction et conflits de la légitimité professionnelle: qualification et compétence des conservateurs de musée. *Sociologies du Travail*. 43: 1 (jan-Mars 2001), p. 95.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 95.

determinada ocupação. A convicção legitimadora mais importante é a de que a especialização, a qualificação de determinado grupo profissional – quer dizer, um corpo particular de conhecimentos e aptidões bem como os problemas particulares e tarefas que endereça – é de tal extraordinária importância que o ‘bem público’ exige o seu apoio. É claro que outras convicções sustentam esta premissa básica. Em primeiro lugar, o grupo acredita, naturalmente, que esta especialização é essencial para um desempenho adequado das suas tarefas (o mero ‘talento’ já não assegura um bom desempenho profissional). Similarmente, a aprendizagem deixa de ser feita apenas pela observação ou pela prática, ainda que sob supervisão. O desempenho profissional exige uma actuação orientada pela teoria e pelos conceitos abstractos ensinados em escolas especializadas. Em suma, a jurisdição da especialização – quer dizer, as suas relações intrínsecas em relação a outras especializações, numa divisão mais alargada do campo do trabalho – é estabelecida pela reivindicação da sua especificidade, fonte essencial de competência, e que pressupõe uma fundamentação em teoria abstracta. Este princípio é cada vez mais defendido como fundamental para destacar a qualidade e relevância do trabalho em museus.

Assim, deve ser enfatizado que esta formação profissional especializada em museologia não é entendida meramente como uma oportunidade de ensaio e prática supervisionada de aptidões concretas (pelo menos nos cursos de pós-graduação que oferecem tais oportunidades). É sim compreendida como a ‘aprendizagem’ de teorias especiais e de conceitos abstractos, que são consideradas como fundamentos dessas tarefas, apoiando uma e justificando a reivindicação da sua importância e do seu estatuto especial, argumentando ainda que o trabalho museológico não pode ser reduzido a fórmulas mecânicas e deve implicar o exercício de discricção considerável.

A profissão é então aqui definida como ‘discricionária’ e ‘intelectualizada’. Ainda que alguma selecção discricionária seja sempre baseada na experiência prática não-intelectualizada, a reivindicação profissional é a de que as opções mais importantes devem ser guiadas por teorias abstractas. Freidson (1994), por exemplo, argumenta que ‘those intellectualised theories and concepts, in turn, are embedded in the body of ‘higher’ or ‘advanced’ learning that represent to the elite of society the most authoritative and intrinsically precious heritage of civilization itself. It is as carriers of

civilization or high culture, not mere practitioners of a complex skill that professions claim not only protection in the market place but also special respect’.

Em segundo lugar, a análise das questões propostas pelo questionário já referido e que se relacionavam com a satisfação em relação às funções desempenhadas pelos inquiridos, deu-nos uma visão mais precisa da imagem simbólica e referencial a que dão voz, articulando um grupo de competências requeridas e actividades desenvolvidas. Esboça também um outro eixo de tensão já que parece existir uma antinomia real entre o desejo de um grupo importante de inquiridos se concentrar num grupo de funções mais relacionadas com a investigação e exposições, funções que provavelmente lhes conferem mais reconhecimento entre os seus pares e no ‘mundo real’ (investigadores / exposição do saber versus administradores / gestão) e a realidade do exercício da profissão (um número elevado de inquiridos ocupa grande parte do seu tempo no exercício de funções de gestão e administração do museu). A dissonância cognitiva que resulta da oposição de uma agenda sonhada / funções satisfatórias e a agenda real deve, talvez, ser ainda relacionada com alguma desarmonia entre conhecimentos teóricos e o ‘saber-fazer’ prático. Esta dissociação entre conhecimento teórico (investigação, exposições, etc.) e o ‘saber-fazer’ técnico (gestão, administração, etc.) é, porém, contrária à construção de uma base para a especificidade na qual a profissão deveria ser construída.

Na verdade, Octobre¹⁶ defende que é precisamente a articulação entre o conhecimento-experiência-produção pré-existente que permite aos profissionais de museus justificar a sua posição específica e fugir à burocratização (sistema onde o conhecimento pré-existente bem como os códigos pré-determinam comportamento profissional), e, por outro lado, fugir também à explosão de formas identitárias (sistemas onde se tem que inventar individualmente cada acto profissional já que as normas do grupo estão ausentes). Esta articulação permitiria a manutenção de áreas de inovação (saber-fazer) enquanto se mantinham outras forças de carácter talvez mais monopolista (ex. conservação) em relação ao mercado do trabalho em museus (saber).

Em terceiro lugar, os dados estudados demonstram que o grupo tende a ser geralmente polivalente: os profissionais de museus têm-se adaptado

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 101.

a situações de trabalho cada vez mais complexas, recorrendo e associando-se a diversos ‘saberes’. Esta polivalência não é nova: deve ser naturalmente relacionada com a natureza dos próprios museus (pluri-temáticos e pluri-funcionais) e com a restrição e conseqüente falta de profissionais neste campo.

Também no trabalho desenvolvido por Octobre¹⁷ quase 20% dos inquiridos se descrevem mais como generalistas do que multi-especialistas o que, de acordo com a autora, destaca uma posição original de polivalência específica. A defesa de uma especificidade da profissão é cada vez mais necessária. São generalistas responsáveis pela gestão, conservação, investigação, educação e interpretação das colecções. É portanto mais um caso de polivalência do que de não-especialização. Podemos então subscrever a terminologia utilizada por Sola de ‘novos generalistas’¹⁸. Os ‘novos generalistas’ opõem-se à compartimentação, à exclusividade de um profissionalismo forçosamente redutor. São ‘profissionais de fronteira’. Diferenciam-se pelo seu carácter científico inovador e explorador e, certamente, pelo trabalho não-convencional e criativo. No entanto, esta polivalência pressupõe uma liberdade acrescida onde as diversas situações são deixadas à apreciação pessoal e à adaptação de respostas adequadas. Por outras palavras, são as opções arbitrárias (ou talento pessoal como alguns membros do grupo gostariam de argumentar) que incorporam os imperativos do serviço público / ‘cultura de desinteresse’ via ‘ideal profissional’ e uma especialização fundamentada na teoria e em conceitos abstractos, que constitui o coração das representações sociais dos profissionais de museus.¹⁹ Neste sentido, o corpo específico de conhecimentos do grupo continua a ser compreendido como central na constituição do seu ‘círculo de cultura’.

Esta aceitação da exigência de um corpo de conhecimentos aptidões profissionais específicas – que requerem a utilização de juízos discricionários baseados na teoria²⁰ – permite, naturalmente, um controle mais efi-

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 102.

¹⁸ SOLA, T. - Museums and curatorship: the role of theory. In KAVANAGH, G. (ed.) - *The Museums Profession: Internal and External Relations*. London: Leicester University Press, 1991.

¹⁹ Esta personalização do exercício é, claro, contrária à burocratização de qualquer carreira (Octobre, 201:103) bem como à despersonalização da gestão de recursos humanos, inscrita nos regulamentos relacionados pelo funcionalismo público (ex. salários pré-definidos).

²⁰ FREIDSON, Pourquoi l'art ne peut pas être une profession. In MENGER, P.; PASSERON, J. - C (eds.) - *L'Art de la Recherche. Essais en Honneur de Raymonde Moulin*. Paris: La Documentation Française, 1994, p. 5.

ciente do mercado de trabalho. Para que tal aconteça, a profissão deve ser representada na ‘esfera pública’ de forma a defender esta posição de forma convincente. A aceitação pública é essencial na aquisição de um estatuto profissional.

É também importante notar que as profissões são ‘locais de poder socialmente sancionados’, poder este ancorado na utilização dos seus conhecimentos na sociedade²¹. Como Barnett sugere, exige-se que a profissão actue, que ‘professe-em-acção’, intervindo com um propósito, desempenhando uma missão na sociedade e desenvolvendo uma noção alargada de profissionalismo que inclua não só o trabalho profissional mas a própria vida profissional. Neste contexto tem sido importante para o grupo que a profissão museológica seja vista pela sociedade em geral, e em particular pelo poder político, como uma ‘força interventiva’. O Estado deve ser persuadido de que o conhecimento e aptidões do grupo possui um valor social, cultural e económico específico, detém um campo específico de acção em relação ao qual reclama responsabilidade e jurisdição. Por outro lado, a natureza da sua especialização impõe a necessidade de instituições de formação particulares. Consonante com a ideia de educação superior e com a reivindicação de que a especialização requer o exercício de juízos fundamentados em teoria ‘esóterica’ em vez da mera experiência prática, a formação tem incluído extensos conteúdos teóricos. Com efeito, a maior parte dos cursos de pós-graduação em museologia existentes em Portugal são principalmente teóricos. O segmento dos ‘profissionais-praticantes’ perde aqui terreno deixando de certa forma de controlar tanto a selecção e formação dos seus membros como os conhecimentos e aptidões para os quais clama jurisdição. Em Portugal, ainda que alguns cursos de pós-graduação contem com alguns ‘profissionais-praticantes’, o ensino na maior parte destes cursos tem vindo a ser assumido por especialistas no ensino e na investigação. De certa forma, as instituições educacionais podem, assim, constituir-se como locais de tensão permanente dentro da profissão, sendo, por exemplo, os académicos acusados frequentemente de não terem em conta as contingências das práticas diárias no seu ensino e investigação bem como nas normas que elaboram. Isto faz, naturalmente, com que exista uma tensão permanente entre os ‘praticantes’ e os ‘profes-

²¹ BARNETT, R. - Higher Education: A Critical Business. Buckingham: SRHE/Open University Press, 1997, p. 132.

sores-investigadores' mas também estabelece este último segmento da profissão como um protagonista essencial do 'círculo de cultura'.

Estabelecemos também que os membros da profissão estão crescentemente a exercer 'controle profissional', através do estabelecimento (e administração) de normas orientadoras tanto da profissão quanto de nomeadamente museus (nomeadamente através das agências estatais e universidades). Através do estabelecimento e consolidação das normas técnicas e éticas de avaliação da actuação dos 'praticantes', o grupo clama jurisdição e responsabilidade num campo particular de acção.

Por outro lado, este 'ideal de regulação' é considerado aqui como parte das 'tecnologias do self'²². Esta posição significa que a atenção se afasta já da regulação e disciplina do sujeito para se concentrar numa formulação mais alargada de 'agência', mais em harmonia com os pontos de vista de Giddens, por exemplo. Isto não quer dizer que este 'software de controlo'²³ não seja importante na condução – dentro de campos de 'poder-conhecimento' e dentro dos diferentes domínios – de um número de discursos. No entanto, sublinha-se a colocação em prática de posições discursivas do sujeito, realçam-se as formas que enfatizam a natureza dinâmica deste processo.

176

De qualquer forma esta abordagem é útil para reflectir acerca das questões geralmente relacionadas com a 'governança' já que é através da auto-constituição que o sujeito é comprometido na sua própria governança. Este argumento localiza a auto-constituição no âmbito de um discurso de profissionalismo. Esta afirmação leva-nos, certamente, a uma formulação mais alargada do conceito de agência. Ainda que essas 'técnicas do self' sejam conduzidas no âmbito de campos de 'poder-conhecimento', acreditamos que põem em prática posições-subjectivas do discurso de configurações que enfatizam a natureza dinâmica deste processo. Admitimos a capacidade criativa do agente e o carácter negociado destas normas que estão indubitavelmente abertas a diferentes interpretações²⁴. De qualquer forma, e no coração destas técnicas e práticas do 'self', sugere-se que existem técnicas específicas de olhar. Uma 'gramática do olhar'²⁵. Referimo-nos

²² FOUCAULT, Michel - Technology of the self. In MARTIN, L.; GUTMAN, H.; HUTTON, P. H. (eds.) - *Technologies of the Self*. London: Tavistock, 1988. p. 18.

²³ FOURNIER, Valérie - The appeal to 'profissionalism' as a disciplinary mechanism. *The Sociological Review*. Oxford: Blackwell Publishers. (1999), p. 281.

²⁴ GIDDENS, A. - *Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva, 1996, p. 35.

²⁵ FYFE, Gordon - A Trojan horse at the Tate. In MACDONALD, Sharon; FYFE, Gordon (eds.) - *Theorizing Museums*. Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers/The Sociological Review, 1996.

aqui aos actos reproduzidos que citam e reiteram formas de ‘olhar’, formalmente codificadas pela ideologia de grupo.

Para além disso, estas estratégias são compreendidas no contexto das forças de um conhecimento e serviço da sociedade que se centra no conhecimento e competência das pessoas, reforçando a educação ao longo da vida. Esta tendência apontou a informação e a análise simbólica como as forças motoras na economia da sociedade pós-industrial, reforçando (e algumas vezes reinventando) os papéis daquelas que trabalham primariamente com a análise simbólica. Por outro lado, também prestou atenção aos resultados produzidos por grupos profissionais implementando portanto uma cultura de eficiência e avaliação que está por vezes lentamente ainda que a impregnar todas as actividades do grupo de profissionais de museologia (ex. gestão por objectivos, normalização, visibilidade, etc.). Se tal implica um exercício de ‘controlo profissional’ através do qual os membros do grupo reivindicam jurisdição e responsabilidade por um campo particular também implica um maior poder dos públicos.

Tendo estas apreciações em mente, não deixámos de considerar, porém, que este ‘ideal de regulação’ actua como um importante mecanismo disciplinar. A ‘estratégia profissional’ inscrita nos dados estudados funciona, na verdade, não só como norma mas também como parte de uma prática de regulação que produz (através por exemplo da repetição e iteração) os ‘corpos’ que ‘governa’²⁶. Para além disso, acreditamos que este ‘ideal de regulação’, como um mecanismo disciplinar, é produtivo em termos de como o ‘self’ social concebe a noção de profissionalismo e que as estratégias utilizadas neste processo também articulam um enquadramento ‘gramatical’ de pressupostos sociais partilhados pelo grupo que organizam e coordenam estas práticas. Esta força de regulação transparece como um tipo de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos / identidades que controla. Estes auto-esquemas adquiridos ao macro / meso nível do grupo organizam igualmente as atitudes do grupo relacionadas com os seus interesses / objectivos elementares. Desta forma, vemos também o grupo procurar estabelecer a sua autonomia e autoridade através da construção de várias fronteiras ao seu redor.

²⁶ MILLER, P.; ROSE, N. - *Governing economic life. Economy and Society*. 19:1 (1990), p. 1-31.

A ideologia de grupo funciona assim através da estruturação e constituição do domínio de possibilidade para acção e subjectividade. Recorrendo à noção Foucauldiana de ‘governo’ pode ser sugerido que a arte de ‘governar’ (pelo menos no modus Moderno) é sobretudo um exercício de delineamento do ‘pensável’. No entanto, não se trata aqui apenas de uma ideologia abstracta. Como a compreendemos, as ideologias têm uma materialidade. Logo, uma ‘rationality of government provides a disciplinary regime through the production of subject positions and the definition of moral conduct’²⁷. Para além disso, uma governação liberal trabalha positivamente através da construção da subjectividade, opera na intersecção das técnicas de dominação e de técnicas do ‘self’²⁸. Claramente, tudo isto envolve uma rede de diversas técnicas e práticas através das quais os agentes são constituídos como sujeitos autónomos e são, de facto, encorajados (pelo menos aparentemente) a exercer a sua liberdade de forma apropriada. Fournier²⁹ argumenta que o ‘conhecimento especializado’ é essencial para esta constituição de ‘selfs apropriados’. Para além disso, os agentes são governados não através de um ‘governo’ monolítico e todopoderoso mas através de ‘sistemas de verdade’, através da proliferação do conhecimento prático especializado que serve para constituir agentes como sujeitos autónomos com a responsabilidade (ou mesmo um interesse) em conduzir a sua vida profissional de forma apropriada. Portanto, as reivindicações de um campo especializado de conhecimentos e acção são centrais para a constituição de um grupo profissional³⁰ (Miller e Rose, 1990:1).

.....

Os museus são instituições sócio-culturais constituídas por diferentes níveis – muitas vezes dissonantes – de discursos. O grupo é constituído por segmentos que detêm posições importantes de poder, autonomia e prestígio que coexistem com outras posições com menos autonomia e

²⁷ FOURNIER, Valérie - The appeal to ‘profissionalism’ as a disciplinary mechanism. *The Sociological Review*. Oxford: Blackwell Publishers. (1999), p. 282-283.

²⁸ Foucault citado em BURCHELL, G. - Liberal government techniques of the self. *Economy and Society*. 22:3 (1993) p. 269.

²⁹ FOURNIER, Valérie - The appeal to ‘profissionalism’ as a disciplinary mechanism. *The Sociological Review*. Oxford: Blackwell Publishers. (1999), p. 284.

³⁰ MILLER, P.; ROSE, N. - *Governing economic life*. *Economy and Society*. 19:1 (1990), p. 1.

menos possibilidade de controlar os processos que envolvem o seu trabalho bem como o acesso a recompensas materiais e simbólicas. Os museus são na verdade instituições extremamente frágeis e complexas e que necessitam de uma constante ‘vigilância reflexiva’³¹, de uma análise permanente sobre o seu desenvolvimento e o próprio desenvolvimento da profissão e das suas relações de poder no grupo e em relação à sociedade em geral. Num período de rápida e fundamental transformação social é natural e altamente desejável que a profissão museológica se questione sobre si mesma: como podem os profissionais de museus construir formas críticas de profissionalismo? No contexto actual de ‘crise de posicionalidade’ da cultura museológica, que novas formas de identidade profissional podemos (re)construir / (re)imaginar?

Neste contexto, de reafirmação de uma preocupação com a afirmação de agência crítica para a profissão museológica, a ideia de ‘profissionalismo activo’³² é aqui sugerida como podendo ser articulada positivamente pelo grupo. O conceito de ‘profissional activista’ reformula os papéis políticos e profissionais, reconhecendo as responsabilidades específicas dos membros do grupo, apelando para um envolvimento mais alargado com a comunidade e, importantemente, para uma responsabilidade colectiva. Invocando o trabalho de Giddens, Judyth Sachs³³ aplica a noção de ‘confiança activa’ ao trabalho partilhado pelo grupo. Esta ‘confiança activa’ não é incondicional mas uma característica de relações profissionais negociadas nas quais ‘a shared set of values, principles and strategies is debated and negotiated’.

Um segundo conceito fundamental de Giddens adoptado por esta investigadora, no desenvolvimento dos seus pontos de vista acerca do ‘profissional activista’, é o de uma ‘política geradora’ (‘generative politics’) que permite e encoraja os indivíduos e os grupos ‘to make things happen rather than let things happen to them’³⁴. No domínio público no qual operam, uma política geradora permite-lhes ‘to take a collective charge of our own destiny and life-political decisions in their wider social order’. Não é pois surpreendente que tal política seja ‘orgânica’, desenvolvendo-se

³¹ BOURDIEU, P.; WACQUANT - *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge: Cambridge Polity Press, 1992.

³² SACHS, J. - The activist professional. *Journal of Educational Change*. 1:1 (2000), p. 77-95.

³³ Idem, *ibidem*, p. 81.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 85.

directamente a partir das necessidades locais e globais. As preocupações com a justiça social, por exemplo, tornam-se cruciais, centrando-se nos processos de diálogo e reciprocidade, gerando novos conhecimentos e, principalmente, oferecendo oportunidades de discussão na esfera pública. Estas práticas opõem-se, naturalmente, às noções de profissionalismo de gestão caracterizadas pela ‘eficiência’, controlo, fragmentação e com a perda de autonomia e, se quisermos, com a ‘alma’ do grupo.

Como podemos então assumir a via do ‘profissionalismo activo? Sachs³⁵ elaborou um número de princípios orientadores de que aqui apresentamos alguns exemplos:

- Inclusão em vez de exclusão;
- Acção colectiva e colaboradora;
- Efectiva comunicação de objectivos, expectativas, etc;
- Reconhecimento da importância dos conhecimentos de todas as partes envolvidas;
- Criação de um ambiente de confiança e respeito mútuo;
- Proactividade e responsabilidade;
- Actuar com paixão;
- Experimentar prazer e divertir-se.

Estes princípios levam-nos para além da estreiteza do auto-interesse em direcção à implementação de parcerias criativas (dentro do grupo e com a *communitas*). Constituindo, do nosso ponto de vista, tanto um grupo de princípios prospectivos de orientação para o desenvolvimento da profissão museológica como uma agenda reflexiva para a considerar. As ‘novas’ possibilidades sugeridas pelo profissionalismo activo aqui sugeridas devem ainda ser relacionadas com a necessidade de implementar uma ‘consciência verde’ em relação à sociedade ‘fazendo’ formas críticas de profissionalismo e (re)construindo as identidades profissionais. O profissionalismo activo assume que é tempo de (re)escrever um novo contrato com a sociedade e mesmo de devolver a Utopia ao imaginário museológico. Taylor³⁶ defende que não se trata aqui de um mero jogo intelectual que descreve um mundo perfeito mas sim um processo de ‘imaginar de forma

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 87.

³⁶ TAYLOR, M. - Next Stop Utopia... but it'll cost us. *The Observer*, 19 August: 24.

prática' a tarefa concreta (mas desafiante) de definir que tipo de sociedade, que tipo de profissão, que tipo de museu pode ser possível. Criticar o que está errado é mais fácil que criar uma visão do que pode ser o novo profissionalismo, mas sem essa visão as mudanças são meramente superficiais.

Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos. Lisboa. (n.º 7, Nov.-Dez. 1938).

A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação. Lisboa. (n.º 43, Outubro de 1938).

Novidades. Lisboa. 12 de Outubro de 1938.

Brotéria. Lisboa. Julho, Agosto-Setembro de 1939.

